



Marcus Desimoni

Novos caminhos para a retomada

Em entrevista à *Rumos*, o presidente da ABDE, Sergio Gusmão Suchodolski, que teve o mandato renovado para mais um período à frente da instituição, comenta o papel fundamental que o Sistema Nacional de Fomento tem desempenhado durante a crise atual e destaca o lugar fundamental da agenda da sustentabilidade para que o país e o mundo voltem a crescer.

RUMOS – O Brasil ainda enfrenta uma crise de grandes dimensões em função da Covid-19. Qual o papel do Sistema Nacional de Fomento no processo de retomada econômica? O que as IFDS têm feito e o que podem fazer para contribuir com o país na superação dessa crise?

SERGIO GUSMÃO SUCHODOLSKI – A crise sem precedentes da pandemia da Covid-19, com grande impacto sobre os mercados financeiros, os tecidos produtivos e a realidade social, evidenciou a urgência de que encontremos respostas e novos caminhos para o desenvolvimento brasileiro. As entidades que compõem o SNF têm sido fundamentais para socorrer as micro e pequenas empresas durante a pandemia, por meio da oferta de linhas de crédito destinado a este público. No ano passado, a carteira de crédito ativa do SNF cresceu 41% no

segmento de MPMEs em relação ao valor registrado pelo Sistema em dezembro de 2019, totalizando R\$ 210 bilhões. Nas Instituições Financeiras de Desenvolvimento subnacionais, 61% da carteira de crédito em dezembro de 2020 estava comprometida com esse segmento.

Além disso, em dezembro de 2020 foi registrada uma mudança no perfil da carteira de crédito do SNF, respondendo à maior necessidade de capital de giro das empresas durante a crise da Covid-19. A carteira de crédito para capital de giro cresceu 74% em relação ao início da pandemia, em março de 2020. Ou seja, foi essencial para a gestão financeira dos pequenos negócios.

Vale destacar ainda que o papel dos fundos garantidores tem sido fundamental neste momento em que a economia co-

meça a dar indícios de recuperação. Eles tiveram papel estratégico no ano passado e precisam ser mantidos para ajudar as empresas, que necessitam de aumento do crédito para manter as suas atividades em ação. Ao longo desse período, cerca de R\$ 130 bilhões foram financiados com apoio de recursos dos programas emergenciais de garantia de crédito, como o Pronampe FGO e o PEAC FGI.

RUMOS – Durante o Fórum do Desenvolvimento, realizado em abril pela ABDE, os diferentes debatedores apontaram para a necessidade de reconstrução da economia global em bases mais sustentáveis. Como fazer essa transição para um modelo de desenvolvimento que tenha a sustentabilidade como norte?

SUCHODOLSKI – As situações decorrentes da pandemia mostraram a necessidade de mobilizar capital para impulsionar ações visando o desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo. A retomada vai exigir um olhar sustentável, buscando o alinhamento com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Afinal, entramos na última década de ação para atingir as 169 metas previstas pela ONU. Para as instituições do Sistema Nacional de Fomento, trata-se, mais uma vez, de assumir o compromisso de agir como veículos de transformação, reorientando investimentos em direção a uma economia mais sustentável e inclusiva.

A ABDE e seus membros têm exercido papel de liderança para ajudar o Brasil a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aprimorar a agenda de investimento sustentável. Estamos sintonizados com esse propósito, tanto do ponto de vista regional, quanto nacional e internacional. De 2015 até meados do ano passado, os títulos verdes movimentaram US\$ 8,1 bilhões no Brasil e as emissões efetivamente realizadas pelo SNF totalizam US\$ 1 bilhão. São resultados expressivos e que trabalharemos para ampliar de forma significativa nos próximos anos.

RUMOS – Quais são as oportunidades que a ABDE enxerga para o Brasil nesse novo modelo, em que outro conceito também ganhou centralidade: os fatores ESG como primordiais para o desenvolvimento das organizações?

SUCHODOLSKI – Estamos certos de que a tendência mundial da aceleração de uma agenda global para o financiamento de projetos sustentáveis pode, deve e precisa favorecer o Brasil. Vivemos uma oportunidade de relançamento da economia por meio de investimentos em infraestrutura alinhados com o desenvolvimento sustentável. Segundo um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado em parceria com a GIZ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e divulgado no fim do ano passado, o país registrou aumento na aplicação de créditos sustentáveis.

O estudo apresentou *cases* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) na aplicação de financiamentos para projetos sustentáveis – a carteira verde do BDMG, por exemplo, saltou de 15% em 2018 para mais de 56% em 2020, enquanto 54% da carteira do BNDES tem ligação com a economia verde ou o desenvolvimento social. Em 2020, as instituições financeiras de desenvolvimento captaram mais de US\$ 2 bilhões em operações de sete instituições que têm operações externas. Em 2019, 67% dos bancos subnacionais já haviam lançado produtos climáticos no mercado com condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis etc.), com foco em energia limpa, eficiência energética, transporte eficiente.

Esse alinhamento às agendas globais de desenvolvimento sustentável certamente facilita a comunicação com o investidor. E essa é uma oportunidade do SNF liderar a agenda de ESG, em função do conhecimento das realidades locais e também por sua capilaridade. Um estudo da OCDE já apontou que 65% das 169 metas subjacentes aos ODS não serão alcançadas sem o envolvimento adequado e a coordenação com os governos locais e regionais. As IFDs têm, portanto, um papel fundamental por conhecerem as realidades locais e possuírem a *expertise* necessária para mobilizar capitais públicos e privados, inclusive internacionais, e informações na conformação de novos cenários alinhados aos ODS.

RUMOS – De que forma as parcerias com as instituições internacionais e multilaterais podem contribuir para o objetivo de ampliar o crédito sustentável?

SUCHODOLSKI – Considero muito importantes. No ano passado, em setembro, a ABDE firmou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O acordo prevê capacitações e apoio ao desenvolvimento de metodologias visando alinhar o país às 17 ODS e suas 169 metas, que devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 10 anos. Considero essa parceria fundamental para avançarmos no desenvolvimento sustentável e auxiliarmos o país a atingir as ODS. Afinal, a ABDE é uma ferramenta essencial para alinhar o conhecimento local com as agendas globais de desenvolvimento.

Além desse acordo, a Associação tem parcerias estratégicas com outras instituições internacionais, como o BID, a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a Agência Francesa de Desenvolvimento e o Prosperity Fund, do governo britânico. E as próprias instituições associadas têm ampliado sua interlocução com organismos multilaterais de desenvolvimento para diversificar suas fontes de recursos e ampliar o investimento no país, sempre em linha com a agenda da sustentabilidade.